

# 24-08-2015 - Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao jornal alemão Handelsblatt

24 de agosto de 2015

**Jornalista:** Vamos começar? Eu queria dividir em três, política externa, economia e política interna. O mais importante agora por causa da visita da Chanceler seria um pouco... como a senhora vê a Alemanha e o Brasil? Onde tem interesses comuns? Onde vocês trabalham na mesma direção?

**Presidenta:** Eu acredito que o Brasil e a Alemanha têm interesses comuns estratégicos. De um lado, a Alemanha eu acho que tem aqui no Brasil todo um ativo de..., todo um patrimônio já instalado. Tem investimentos e um estoque de investimentos de mais de 1.600 empresas. De outro lado, nas trocas internacionais, eu acho que nós estamos aquém do nosso potencial e temos muito que desenvolver. O quê que o Brasil olha para a Alemanha e vê um grande interesse? Tudo que a Alemanha fez na área de aplicação de ciência e tecnologia na inovação. Todas as nossas parcerias nessa área são grandemente vantajosas para o Brasil. Hoje o Brasil importa da Alemanha fármacos, importa todos os equipamentos de precisão, importa equipamentos na área de energias renováveis, tanto a eólica.

Acho que em outras áreas nós temos grandes oportunidades comuns. Por exemplo, o Brasil tem terras raras, a Alemanha tem interesse em terras raras. O Brasil tem interesse em desenvolver todo um projeto na área de terras raras. Nós somos um país que tem um grande potencial na área de biotecnologia. Eu acho que o futuro será... terá, na biotecnologia, um dos seus caminhos.

Eu acredito, portanto, que nesta área das relações bilaterais e econômicas, tanto no que se refere a investimentos quanto ao que se refere a uma relação comercial, nós temos interesse.

Na política, olhando isso de um ponto de vista internacional, para o Brasil é fundamental um acordo com a União Europeia, por exemplo. Então, esse é um espaço comum de interesses estratégicos. O que isso vai melhorar? Vai melhorar, eu acredito que vai melhorar para o consumidor brasileiro e para o consumidor alemão, não só em termos de preço, mas em termos de diversidade de produtos e de acesso a ele.

Nós temos uma parceria, também, no G20, no que se refere à mudança de marcos, tanto financeiros como o Fundo Monetário, o Banco Mundial como, também, em políticas que deem maior estabilidade ao cenário internacional, que estabilizem, que não levem a tanta volatilidade e a tantos processos de crise no mundo.

Nós participamos do G-4, que são os quatro países interessados em participar da ONU, nesse momento de 70 anos da ONU, de ter uma participação na ONU e de ensejar uma reforma, tanto dos representantes permanentes como dos não permanentes. O Brasil e a Alemanha estão entre os países que têm esse interesse. É Brasil, Alemanha, Japão e Índia.

**Jornalista:** (inaudível)

**Presidenta:** Não, mas o G-4 é G-4, só cabem quatro. Acho que nós tivemos também uma posição comum numa questão importante no momento atual, que é a questão da segurança cibernética. As nossas resoluções conjuntas, elas se transformaram numa Resolução da ONU, a 68/167. Eu acredito que essa é uma importante resolução, porque ela protege a privacidade. E, ao proteger a privacidade, protege direitos humanos fundamentais.

Nesta área, eu tenho uma percepção de um grande interesse nessa relação. Nós somos, hoje, a 7ª economia do mundo, a Alemanha é a 3ª. Como 3ª economia do mundo e, tendo um espaço regional do tamanho da União Europeia, e com a importância da União Europeia que, aliás, a Chanceler Merkel lutou tanto para preservar, nós aqui temos um correspondente que é regional também, aliás, são três correspondentes: é o MERCOSUL, a UNASUL, que congrega os do hemisfério, do continente, e da CELAC, que congrega, além do continente sul-americano, o Caribe.

Deste ponto de vista, eu acho que é um marco, um marco, nós sermos capazes de apresentar uma proposta de oferta comum até o final do ano de 2015.

**Jornalista:** Do MERCOSUL e União Europeia, é isso?

**Presidenta:** MERCOSUL e União Europeia. Nós vamos fazer as ofertas. Isso já foi acertado naquela reunião que tivemos na Bélgica, entre os países do MERCOSUL e os países da União Europeia representados pela comissária.

Então, nessa área é muito claro o que representa aqui. De outro lado, a Chanceler vem com uma série de ministros. Todos os seus correspondentes vão ter audiências que foram já preparadas de antemão. Nós temos um conjunto de 15 acordos a assinar. E, para mim, é um marco nesta relação. E, para nós, é uma relação estratégica e, tenho certeza, para a Alemanha também, porque uma cúpula de alto nível, ela permite que os problemas eventuais que ocorram você resolva e dê encaminhamento.

**Jornalista:** Muito bem. Queria saber sobre o G20. O G20 ultimamente perdeu um pouco a força que tinha há dois, três anos atrás, há cinco anos atrás, na época da crise financeira, mas, no outro lado, surgiu o BRICS como novo fórum. Agora, como a senhora vê o BRICS como fórum de poder político agora, no mundo? Porque todos esses... não todos, mas os países estão sofrendo a crise econômica, estão... o crescimento está mais baixo. Como a senhora vê o poder político do BRICS nesse momento, como alternativa ao G7 e G20?

**Presidenta:** Olha, eu acho que o BRICS não é uma alternativa ao G20, nem ao G7. Acho que o BRICS é uma iniciativa que surge, no ano 2000, e eu acho que ela se dá num contexto em que os países buscam relacionamentos os mais variados, internacionalmente. O G20 teve um momento de muito... de grande importância, diante da gravidade que foi a crise em 2008, 2009, 2010.

Nós, países emergentes, passamos por essa fase da crise de uma forma bem mais suave.

Nós não tivemos consequências dramáticas ao nível do emprego nem da renda. Agora, no ano de 2014, nós começamos a sofrer as consequências de forma mais dura. Acho que, inclusive, não só o Brasil, mas se você olhar, os países BRICS, a China em especial, está passando pela mesma... por uma situação de desaceleração, nós também.

O BRICS, ele foi um grupo de países, ele foi um arranjo regional que foi evoluindo. Nós começamos, de fato, a ter uma maior presença ali por 2005 e ele foi evoluindo, até que na reunião de Fortaleza, do ano passado, nós concretizamos um processo que vinha de antes, tomamos duas medidas que deram um caráter mais concreto aos BRICS. Primeiro, o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e, segundo, o acordo contingente de reservas. Nenhum deles pretende ser substituto ou ser alternativo, ou ser contraponto de nenhuma outra instituição. O acordo contingente de reservas não é um contraponto ao fundo monetário. O Banco de Desenvolvimento dos BRICS não é um contraponto a nenhum outro banco de desenvolvimento. Mas eu acho que demos um passo à frente e um passo muito importante, que se concretizou completamente agora nessa reunião que houve na Rússia, em Ufá, em que nós escolhemos os conselhos e a diretoria e é fundamentalmente formalizamos e capitalizamos todas as duas instituições. Com isso, você sabe que, nos países em desenvolvimento, uma das maiores demandas é investimento. O que esse banco vai permitir é justamente, junto com outros mecanismos de financiamento de investimentos, ele vai alavancar investimentos nos países BRICS e eventualmente nos países em desenvolvimento. Eu acredito que não é alternativa, porque os papéis são diferenciados. O G20, eu acho que mesmo ele não tem tendo aquela premência que tinha, por exemplo em 2011 e 2012, porque em 2011 e 2012 a gente corria o risco de ter uma perda internacional fortíssima, que seria a quebra ou o desmonte do euro. Eu acredito que o euro é uma das grandes conquistas pós-segunda guerra mundial, e o G20, naquela época, tinha uma atividade muito intensa, mas eu acho que essa mesma atividade deve ter agora, porque tem um fato que nós não podemos descuidar. Há um colapso dos preços das *commodities* derivados do próprio ajuste na China. Entre o padrão de investimento e consumo. Isso veio para ficar. Então, agora também é hora de o G20 ter um grande papel, porque os países emergentes foram responsáveis, nos últimos anos, por 40% do crescimento do PIB mundial. Então agora é outra hora em que o G20 vai... é um papel que eu reputo da mais alta importância, porque nós temos de ter a consciência que vivemos em um mundo globalizado. O que nos afeta vai afetar também o crescimento dos demais países. E não é só os países emergentes. Isso vai afetar também todos aqueles países que, por um lado ou por outro, dependem de petróleo, de minérios em geral e nesse sentido de alimentos é menos. Alimentos e proteínas têm um impacto menor, mas o impacto profundo mesmo são países aqui na América Latina mesmo. Se você for olhar, tem países impactados pelo petróleo e não é só a Venezuela, a Colômbia, o Equador, todos aqueles países que têm uma produção expressiva de petróleo. Pelo minério, o Brasil, o Chile, todos nós sofremos de uma forma ou de outra as consequências desse processo.

**Jornalista:** Queria voltar para o que a senhora tinha falado sobre a América Latina. Eu acho que nesse momento eu vejo, a Lava Jato para mim demonstra, todo esse processo demonstra muito forte como as situações democráticas estão funcionando. É um papel que eu acho superinteressante, que eu acho que nenhum outro país da América Latina e nenhum país do BRICS vai ter uma possibilidade de ter uma Lava Jato com a imprensa e justiça autônoma e tudo isso. Surgindo dessa posição do Brasil que eu vejo agora, por que o Brasil não influencia mais na América do Sul, que fica no sul, mas no processo democrático, tendo esse processo aqui, espetacular?

**Presidenta:** Eu acho que, de uma forma ou de outra, não considerando a Lava Jato, acho que a América Latina como um todo, ela teve um grande avanço no que se refere à democracia. Veja você que nós todos, de uma certa forma, saímos de um anterior inegável, de uma inegável situação em que as ditaduras dominavam os continentes. Não é tão longe assim os chamados planos Condor. Que era um projeto em que se trocavam informações a respeito de militantes políticos, e o objetivo da troca de informações não era só se informar, era matá-los. Então, essa América Latina, ela sofreu muito, ela foi muito ensanguentada. Nós todos conquistamos a democracia mais ou menos na mesma década. O Uruguai, a Argentina, Chile e os demais países, o Equador, todos os países, eles têm uma história própria, cada um tem uma história própria, e têm um tempo próprio.

O Brasil, neste caso específico do combate à corrupção, maturou as condições para que esse combate ocorresse. Fruto do quê? Primeiro, lá atrás, fruto da Constituição de 1988, que estabeleceu a existência de três Poderes e, além dos três Poderes, um Ministério Público. E esse Ministério Público, um Ministério Público independente. Em muitos países da América Latina, o Ministério Público, ele não é formado por concurso, o nosso é formado por concurso público, tá?

Então, tem uma base que vem... Você vê que 1988, nós vamos fazer quase 30 anos. Mas esse processo, ele não matura logo, ele, as instituições, elas se fortalecem, elas se incorporam. A partir do governo do presidente Lula, em 2003, quando o Lula entra no governo, nós passamos a ter um critério: nós escolhemos o Procurador-Geral, por que é matéria exclusiva da Presidência da República, você escolhe o Procurador-Geral, o nome dele, e submete ao Congresso. Então, um outro passo foi dado lá em 2003, que é a escolha de uma lista tríplice formada por quem? Pelos procuradores. Os procuradores se reúnem, e votam, e mandam para o governo federal uma lista tríplice. Não é obrigado a escolher ninguém da lista tríplice. Mas, a partir do governo do presidente Lula, nós adotamos um critério: vamos escolher o primeiro da lista tríplice. Isso também fortaleceu a instituição e permitiu que a instituição estivesse completamente blindada de qualquer influência e pudesse investigar.

Depois, nós tivemos... A Polícia Federal depende, ela é subordinada ao Ministério da Justiça. Nós demos, nós capacitamos a Polícia Federal, demos recursos para a Polícia Federal, e a Polícia Federal, hoje, tem autonomia de investigar. Não tem... Você nunca ouviu falar, nos últimos 13 anos, você nunca ouviu falar que nós ou engavetamos processos, nem no governo Lula, nem, muito menos, no meu, e também nunca ouviu falar que quem dirigia a Polícia Federal era um integrante de partido. Nós despartidarizamos a Polícia.

A maturação das instituições e de que eu acredito que o Brasil tem hoje uma democracia muito mais forte do que teve há uns tempos atrás: imprensa livre, a independência dos Poderes, mas a necessária harmonia e, ao mesmo tempo, esses órgãos de investigação.

Nós, além disso, criamos uma Controladoria-Geral do Estado brasileiro. O quê que é? É um órgão, uma espécie de... o fiscal do Estado. E hoje fizemos também uma série de medidas – ela não é obrigatória para os outros Poderes, mas para nós é: tudo que se comprar, no governo, sai, no dia seguinte, 24 horas, está na internet.

Então, esses processos amadureceram o país. Eu acho que uma coisa sai dessa história da Lava Jato e de todas as investigações: este é um país diferente hoje. Hoje, este país, não há uma coisa que era gravíssima: a impunidade. E a impunidade não diz respeito só a um dos lados, são os dois lados: o corrupto e o corruptor. Então essa, de fato, é uma diferença que está ocorrendo.

Cada país da América Latina vai ter seu tempo para maturar suas instituições e lidar com

essa questão.

**Jornalista:** Mas o Brasil...

**Presidenta:** Agora, eu não concordo com... Eu tenho visto, no jornal, pelo menos, nas revistas, que na China também está havendo um grande combate à corrupção.

**Jornalista:** Mas não tão radical como aqui, nesse momento, eu acho. Mas, bom, mas não sei, a coisa aí também não... É. Mas o poder de tomar mais decisão aqui, na América do Sul, a senhora acha que cada país tem que fazer, não tem como...

**Presidenta:** Não tem como você impor ritmos para país nenhum. E mais, eu acredito que a América Latina, ela deu passos já bastante significativos em direção... Acho que, se você for comparar, nós somos, hoje, um continente democrático. Você não tem um único governante que não seja eleito pelo voto direto; você não tem um único governante que não respeite seu Congresso, seu Judiciário... Pode ter turbulências, não é? Pode ter. E as que ocorreram, vou te dar um exemplo: a saída do ex-presidente Lugo foi criticada pelo conjunto da UNASUL. Nós não reconhecemos aquele método. Tanto é que, durante um tempo, o Paraguai, até fazer novas eleições, ficou fora da UNASUL e do MERCOSUL.

E acredito que em todos os lugares há um esforço nessa direção. Eu considero que essa é uma das grandes vantagens deste continente: não ter guerra, não ter luta religiosa e ter democracia.

**Jornalista:** Voltando no mesmo respeito, um pouco à economia, agora. O grande mérito do Brasil da última década foi a luta contra a pobreza e a diminuição do mecanismo da desigualdade. Agora, com uma recessão muito brava, com desemprego aumentando, isso vai estar em perigo se perder de novo? Como a senhora vê isso?

**Presidenta:** Não, eu não acho que está em perigo de se perder de novo. Eu acho que não é uma volta atrás, é uma redução no ritmo de crescimento. Você não vai... eu não vou correr os cem metros com o mesmo ritmo que eu corria antes, mas eu vou correr os cem metros. Essa é a diferença. Isso significa o seguinte: nós não tocamos no Bolsa Família. Nós não tocamos, por exemplo, em todos os programas importantes de inclusão. Um deles, por exemplo, um de construção popular, o Minha Casa Minha Vida, não é? Nós fizemos, até agora, mais de 4 milhões de moradias populares e vamos continuar, e já estamos continuando.

O que vai acontecer? Vai acontecer o seguinte: nós vamos ter uma redução em alguns fatores que são muito importantes para a melhoria da renda, que é o emprego. Nós temos uma flutuação do emprego. Mas nós pretendemos que essa flutuação do emprego seja a mais rápida possível. Outro dia me deram um exemplo que é o seguinte: Nós estamos, sem sombra de dúvidas, enfrentando grandes dificuldades. Ninguém enfrenta uma crise sem ser de grandes dificuldades. Agora, o Brasil ele é um país sólido. Em quê que ele é sólido? Nós não temos nenhuma bolha de consumo, não temos bolha de imobiliária, nós não temos nenhum desequilíbrio financeiro. As nossas instituições financeiras não estão em crise. Não

dá para comparar, por exemplo, a situação do setor financeiro brasileiro ao que era a situação dos bancos europeus. Nós temos um nível de reserva bastante elevado. Fruto do que acumulamos na época das vacas gordas. Nós estamos com o problema de inflação, que é sério e que estamos tomando todas as medidas para diminuir esse ritmo de inflação. Somos obrigados, necessariamente, a fazer um reequilíbrio do nosso orçamento, estamos fazendo isso agora, ao mesmo tempo, para facilitar a nossa vida e o futuro e não haver retrocesso. Nós temos de procurar fazer também reformas microeconômicas, que vão facilitar o fato que nós vamos ter que viver sem o superciclo das *commodities*. Então o Brasil tem de apostar em reformas microeconômicas, em muita inovação e em educação. Que reformas microeconômicas são essas? São algumas que significam simplificação tributária. Estamos muito interessados em resolver o problema do ICMS e do que nós chamamos de guerra fiscal entre os 27 estados da federação, que prejudicam o investimento, prejudica o empresário. Nós queremos também, simplificar e desburocratizar toda a infraestrutura desse país. Eu vou dar um exemplo que uma das coisas importantes que pode e que, eu tenho certeza, sairá da visita da Chanceler. É um acordo que nós estamos fazendo com os portos, na área de portos, melhor gestão dos portos. Eu acho que você sabe que nós fizemos aquela lei dos portos, abrindo os portos, permitindo que o setor privado tivesse portos de uso privado. Agora nós queremos também fazer uma grande melhoria na gestão dos portos que chamam públicos, mas que não são públicos no sentido de que não é o Estado brasileiro que usa. Eles são administrados pelo Estado, mas eles são também arrendados para o segmento privado do país. E a gente quer uma gestão que seja uma gestão mais efetiva. Nós fizemos o seguinte: nós temos consciência da importância de retomar um investimento, a taxa de investimento no país. Se retoma a taxa de investimento mantendo um programa de concessões em infraestrutura por quê? Porque você precisa de portos, aeroportos, ferrovias e hidrovias. No caso, por exemplo, das ferrovias, a gente tem grande interesse na participação de investidores alemães. Nós estamos, inclusive, com um projeto discutindo em conjunto com os chineses, que é da ligação bioceânica, entre o Atlântico e o Pacífico. Nós lançamos recentemente o programa de Investimento em Energia Elétrica no horizonte até 2018 e, por exemplo, nós temos o compromisso de, até 2018, aumentar a participação de energia solar e a eólica na nossa matriz. A eólica um pouco mais, porque a eólica nós já estamos com grande investimento aqui, mas nós queremos uma presença maior dela, da eólica na matriz. E também da solar que vai iniciar. A eólica acho que vai amadurecer, a solar vai iniciar. Eu acho que tudo isso desemboca em uma outra coisa, nós tivemos uma desvalorização cambial de mais de 50%, se você considerar de agosto de 2014 a agosto de 2015, nós não forçamos essa desvalorização, nosso sistema de câmbio é flutuante. Mas tivemos essa desvalorização cambial, vai permitir também maior competitividade das exportações brasileiras.

Como a exportação não vive só de câmbio, e vive também de eficiência, de melhoria e, sobretudo, de acordos comerciais adequados, aí está inserido o Acordo MERCOSUL-União Europeia, está inserido o acordo automotivo que nós fizemos com o México, está inserido o acordo e a aproximação comercial com os Estados Unidos, está inserido os acordos que fizemos com a China e que estamos fazendo com outros países aqui da região. Ou seja, de uma forma multilateral, nós estamos buscando sempre fazer esses acordos. Mais ou menos é esse o cenário.

**Jornalista:** Eu queria só saber: o Brasil está preparado para essa tempestade perfeita que está surgindo no mundo, com China, com os juros, com as *commodities*...

**Presidenta:** Você falou os juros americanos?

**Jornalista:** Americanos, sim.

**Presidenta:** Sim, nós estamos preparados. A desvalorização do Yuan, eu acho que foi um fator, pelo menos, você sabe, há controvérsias: tem uns que dizem que é um fator positivo, porque significa a China se colocando de forma muito mais pró-mercado na área financeira, e outros dizem que pode se tornar uma desvalorização competitiva. Eu não acredito em desvalorização competitiva. Acho que a China tem uma economia muito grande, muito significativa para entrar numa situação dessas. Acho que é positiva a desvalorização do Yuan, no sentido de transformar a China numa economia muito mais aberta e muito mais de mercado.

Não acredito que nós teremos, por parte dos Estados Unidos, nenhuma iniciativa atabalhoada no caso de juros. Se eles acharem que chegou a hora de começar a ajustar os juros americanos para cima, eu acredito que farão isso com prudência e no ritmo necessário para não criar uma situação de instabilidade no mundo.

Nós estamos agora olhando com cuidado bastante intenso as condições pelas quais os empresários brasileiros, entendidos aí como todos aqueles que atuam no Brasil, sejam de que nacionalidade forem – porque é considerada empresa nacional aquela que atua no Brasil –, nós estamos olhando também no sentido de avaliar cada setor, ver como cada setor está de comportando diante da crise. E buscando soluções de mercado para que esses setores possam passar esse momento, que você chamou de tempestade perfeita, que nenhuma tempestade é perfeita, ela é imprevisível, mas pode passar os momentos de maior dificuldade. Pode transitar por esse momento de maior dificuldade, você poderia chamar de chuva ácida. Eu esqueci de falar uma coisa, é que eu acho que, com a Chanceler Merkel, o Brasil tem uma relação estratégica também numa área crucial, que é a mudança do clima. Acho que a COP 21, final de novembro, início de dezembro, ela vai colocar uma exigência para o mundo. Nós vamos ter todos de responder o que fazer. O anúncio dos 40% de redução no horizonte de 2030 da União Europeia, eu acho que é muito bem-vindo, porque ele abre um caminho em que fica claro uma sinalização que dessa vez nós vamos ter um acordo diferenciado, nós vamos ter essa possibilidade. Acho também que o anúncio que o presidente Obama fez comigo de, até 2030, ter 20% de renováveis na matriz, renováveis não hídricas na matriz americana e no nosso caso, também é muito significativo. Eu acho que tudo isso aponta para uma outra direção. Eu pretendo também anunciar algumas coisas aqui, juntamente com a declaração de clima com a Chanceler e tenho certeza que nessa área o Brasil e a Alemanha são muito próximos. Nós temos um posicionamento favorável à gente ter uma descarbonização no horizonte de 2100, uma descarbonização que leve a zero de emissões agregadas.

**Jornalista:** Quando é que o Brasil vai crescer de novo? O quê que a senhora acha?

**Presidenta:** Nós estamos achando que nós temos um horizonte de mais 6 a 12 meses, por quê? Quando começar a melhorar, porque pode não ser positivo, mas a hora que começar a diminuir o negativo nós achamos que entre 6 meses a 1 ano, 6 meses daqui.

**Jornalista:** Vai parar de piorar, é isso?

**Presidenta:** Vai parar de piorar e começar a melhorar.

**Jornalista:** Mas ainda pode ser negativo o crescimento?

**Presidenta:** Ainda pode, mas vai saindo.

**Jornalista:** A abertura para empresas de fora?

**Presidenta:** Nós temos integral abertura, aqui tem 1.600 empresas alemãs no setor privado. Algumas têm mais de 100 anos. 100 anos no Brasil, 80, 90... O que para um país como o nosso, que é jovem e também considerando que, há 100 anos atrás, nós estávamos, que o mundo estava ainda nos inícios da revolução industrial, é algo muito relevante. São empresas que têm grande importância porque são geralmente o setor industrial. A típica empresa alemã é uma empresa do setor industrial que produz um produto de grande valor agregado, que tem um diferencial na sua qualidade e tem, geralmente, um consumo bastante e, claramente, uma demanda muito sustentável. E vou te dizer, por exemplo, a Siemens, a (incompreensível)... são empresas que vieram, que nós queremos que fiquem. Então, a relação com elas é uma relação muito forte.

**Jornalista:** A Siemens, igual às outras, algumas empresas que ficam no Lava Jato, a Siemens tinha o problema do cartel, denúncia, (incompreensível) de São Paulo...

**Presidenta:** Posso te falar uma coisa? Eu acho que uma coisa é investigação, outra coisa é empresa. O governo está buscando todas as formas, de nós queremos investigar, agora, nós não achamos que as empresas podem ser penalizadas na sua produção, no seu emprego, nos seus rendimentos, isso não seria bom para o país. Uma coisa é o agente que praticou, ele deve ser penalizado, se for o caso, multado. Agora, a empresa, ela como entidade, ela deve fazer seu (inaudível) e nós não temos em relação à empresa um olhar de criminalizá-las, nós não achamos que isso seja correto. Nós vamos adotar as melhores práticas internacionais. Você veja que são essas, por exemplo, no nosso vizinho do norte. Eles vão lá, tratam, são bastante pragmáticos. Vão, lá multam, punem os responsáveis, e a empresa continua. Isso é o modelo.

**Jornalista:** Uma das novas parceiras do Brasil internacionalmente é a China, como no comércio e também estão aumentando bastante. Isso cria uma dependência que seria um risco no futuro?

**Presidenta:** Não. Se nós fossemos um país só de *commodities*, você poderia considerar que seria uma dependência extraordinária. O Brasil está em um momento em que ele está fazendo uma abertura para fora, uma grande abertura para fora. Não sei se você sabe, mas somos uma economia um pouco fechada. Se você for comparar o nosso, com a própria



China. A China tem uma abertura de 60%, a nossa abertura não chega a 20, nós estamos bem aquém. E somos um país com uma indústria forte, com um setor de serviços forte, com um mercado interno bastante significativo e como uma agroindústria bastante forte. E temos riquezas minerais, é verdade. Temos riquezas minerais e temos petróleo. O quê que acontece então com o Brasil? A China se transformou no grande consumidor dos nossos produtos. Individualmente, a China é o maior importador e como destino também das nossas exportações, a China é o maior destino individualmente. Se você for olhar a União Europeia, no seu conjunto é a União Europeia, e não a China. Qual é a situação que nós achamos que vai ocorrer? Nós vamos continuar mantendo com a China uma parceria estratégica, é do nosso maior interesse. E é fato também que a China vai diversificar as oportunidades para países como o Brasil. Nós não vamos só exportar *commodities*, nós vamos exportar *commodities*, exportar manufaturados, como vai também melhorar bastante a situação. Na medida em que a China entre em outro padrão de desenvolvimento, ela vai também demandar uma porção de produtos, por exemplo, de alta qualidade, que a Alemanha produz.

Ao mesmo tempo, o Brasil dá grande importância ao mercado nacional. Eu não sei se você sabe que a Argentina emparelha com os demais. Então, o nosso grande interesse em expandir aqui a presença do Brasil na região. E os nossos parceiros tradicionais, por exemplo, o Japão – eu já falei da União Europeia –, o Japão, e os Estados Unidos, e os demais países da Ásia. Isso, para nós, vai ser muito importante.

Agora, queria dizer uma coisa para você: nós não vamos abrir mão de todo o nosso esforço para continuar assegurando que o Brasil reduza a sua desigualdade e aumente a parcela da população da classe média. Porque quando nós chegamos no governo, se você considerar lá atrás, na época do Lula, a maioria da população do Brasil era pobre ou miserável. Hoje, a maioria da população brasileira é classe média, classe média ou rica. Nós vamos lutar... Aí você vai falar o seguinte: é combate à pobreza? Eu vou te falar: é, sobretudo, uma outra coisa. O nosso patamar atual é oportunidades, igualdade de oportunidades, que é a única forma democrática de você manter a igualdade.

A mesma coisa é... Eu fiz uma associação, vou te dizer com o quê: com a África. Nós não podemos descuidar do papel importante que o Brasil tem a desempenhar na África. Não é um papel imperial, é um papel de quem reconhece que a maior população negra, fora da África, está aqui. Então, nós também temos de olhar para a África. Nós saímos da pobreza, nós podemos ajudar a África nesse esforço fantástico, que é sair da pobreza e se desenvolver. Então, por isso que eu fiz um paralelo entre nós termos saído da pobreza e criarmos oportunidades para nós e ajudar os africanos a sair da pobreza e criar oportunidades para eles.

**Jornalista:** Uma pergunta sobre uma coisa que eu acho interessante, na primeira presidência da senhora, sobre os bancos. Agora, com a venda do HSBC para... a compra do HSBC via Bradesco, o sistema fica bastante nacionalizado. Os grandes bancos saíram de novo, depois dos anos 90. Isso não prejudica aqui o sistema financeiro, de falta de concorrência que pare o cliente no final?

**Presidenta:** Olha, eu acharia ótimo que mais bancos estrangeiros estivessem no Brasil. Acho que quanto mais bancos melhor, aumenta a competição. Agora, acho que os bancos estrangeiros não estão... É fato que o HSBC saiu, o Bradesco comprou, mas o Santander está aí.

**Jornalista:** Sim, mas não como começou, a (...) saiu, o BBVA saiu.

**Presidenta:** Eu sei. É o terceiro banco. O BBVA nunca foi um grande banco.

**Jornalista:** Tentou.

**Presidenta:** Não, era mais para investimento. O BBVA era mais um banco de investimento. Os grandes bancos de varejo no Brasil são dois privados e dois públicos. Os dois privados são o Itaú e, agora, o Bradesco, muito grande; o Santander também é um grande banco de varejo, porque o Santander comprou o Banespa, e o Banespa era um banco forte, de São Paulo.

**Jornalista:** Isso, e comprou a ABN AMRO...

**Presidenta:** Levou a ABN AMRO.

**Jornalista:** Comprou tudo, não é?

**Presidenta:** Isso. Então, o Santander também tem a sua posição. Você tem hoje, no Brasil, três grandes bancos de varejo, privados, e dois públicos. E você tem uma porção de bancos de investimento. Hoje você tem o banco de investimento chinês, você tem banco de investimento de tudo quanto é país do mundo.

**Jornalista:** Mas, então, a concorrência está suficiente. Não há preocupação?

**Presidenta:** Eu nunca acho concorrência suficiente.

**Jornalista:** Nesse setor, não é?

**Presidenta:** Sempre. Nós achamos que, se quiser vir para o Brasil, serão muito bem-vindos. Acho que grandes bancos são muito bons para que o consumidor pague menos, sem dúvida.

**Jornalista:** Empresas estrangeiras que chegam novas aqui às vezes reclamam da mudança das regras aqui no país. O que a senhora acha, isso é válido?

**Presidenta:** Olha, eu acho que quanto menos mudar a regra, melhor. Tem uma coisa que nós nos orgulhamos. Nós cumprimos contrato. O Brasil não rompe contrato. Então, contrato

assinado, não interessa quem assinou. Está assinado, nós cumprimos o contrato. E acho que também as regras regulatórias têm que ser estáveis. Nós temos que fazer um grande esforço, e isso faz parte da melhoria do ambiente de negócios do país, esse esforço sistemático em garantir a estabilidade das regras.

**Jornalista:** Fortalecer as agências?

**Presidenta:** Fortalecer as agências, fazer com que a regra não mude. E se você tiver, por algum motivo, de melhorar, fazer um amplo debate, audiência pública, discutir com os agentes, não fazer medidas sem uma prévia e uma necessária discussão profunda. Agora, nós temos de melhorar muito o ambiente microeconômico. Geralmente, não se dá importância, não se fala no ambiente microeconômico, e isso que você tocou, que é a questão das regras específicas em cada setor, por exemplo de remédios. As regras têm que ser claras, não pode ter entraves. Eu vou te falar uma coisa, que é algo que parece trivial, mas eu considero muito importante para o país. Tudo tem de ter prazo. Nenhum órgão do governo pode ficar com um processo mais que um determinado tempo. Se ficar, o processo está aprovado. É isso que nós queremos, é nisso que nós queremos chegar. Nós queremos assegurar que haja uma celeridade com qualidade, porque, por exemplo, nós respeitamos aqui o meio ambiente. Então, eu acredito que todas as regras ambientais têm de ser respeitadas, têm de ser olhadas. Você não pode licenciar sem ter um processo. Agora, definido o prazo do processo, ele tem de ser cumprido. Porque para tudo têm obrigações, têm deveres e têm direitos. O direito de todo o povo brasileiro é um licenciamento ambiental criterioso. O dever do estado brasileiro é cumprir prazo.

**Jornalista:** Popularidade em baixa. Não é só coisa do Brasil, também Chile, Venezuela, Equador, Honduras, em todos esses países a popularidade do governo está muito baixa. A senhora previu isso? O que...

**Presidenta:** Não, não previ, não. E não, obviamente, não gostaria que estivesse. Agora, eu tenho de entender o que ocorreu, não negar que isso está ocorrendo, ter a humildade de reconhecer para que a gente possa superar essa fase. Eu acredito que o meu eleitorado, as pessoas que votaram em mim, eu não posso governar só para elas, mas eu parto delas, porque elas estavam próximas de mim. Eu governo para todos os brasileiros, mas quero dizer, aquele pessoal que votou em mim, e que era majoritário, eu acredito que eles se decepcionaram, por quê? Porque nós não conseguimos, no período pós-eleitoral, cumprir imediatamente tudo aquilo que a gente pretende cumprir ao longo do mandato. Infelizmente, nós tivemos um processo difícil de encarar. Então, eu tenho de falar para o pessoal: nos dê mais um prazo, que nós vamos superar essa fase. Tem de tratar assim, bem claramente.

**Jornalista:** Lava Jato, a pergunta seria: a senhora trabalhava na Petrobras, no Conselho, também era ministra da Energia. Precisa novas leis para coibir um processo de corrupção tão grande? Precisa uma *compliance*, novas regras no Brasil, ou tudo está bem?

**Presidenta:** Não está, precisa. Tanto precisa que a Petrobras melhorou violentamente as suas regras de *compliance* a partir do final do ano passado e no início deste ano. Se não tiver

regra de *compliance*, você não consegue, porque é da corrupção agir às escuras, insidiosamente, é da corrupção isso, faz parte dela.

**Jornalista:** Então, os instrumentos não estavam lá, dentro da...

**Presidenta:** Eu acho que os instrumentos não estavam plenamente implantados, uma parte estava implantada, outra parte não. Você tem, eu acho, uma série de processos que você tem de adotar. Inclusive, a gente tem de aprender com as melhores práticas internacionais, porque vários países tiveram esse processo. Recentemente, tiveram de fazer *compliance* nos bancos, você teve grandes empresas em *compliance*. Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos buscando de todos os lugares e melhorando as práticas. Foi preciso uma investigação muito profunda para se chegar a se descobrir todas essas situações.

**Jornalista:** Uma pergunta sobre mulher, cota de mulher na política. É uma coisa muito discutida na economia na Alemanha agora.

**Presidenta:** Eu sou a favor.

**Jornalista:** Na política ou nas empresas?

**Presidenta:** Nas empresas também. Posso falar uma coisa para você? Pelo fato da gente, de eu estar no governo, de eu ser Presidenta da República, não significa que as mulheres estão empoderadas. Em sento nessa mesa aqui e olho em torno, só tem homem. Muitas vezes, só tem homem. Algumas vezes, tem mulheres, que eu tenho ministras mulheres, mas eu acho que é necessário, é fundamental que as mulheres tenham cotas na política e nas empresas se dê oportunidades para as mulheres. E não me venha dizer que a mulher é diferente do homem em matéria de qualificação. A mulher é uma pessoa muito dedicada, muito dedicada. A mulher olha o detalhe, a mulher quer saber com precisão o que está acontecendo. Então, eu acredito que o mundo vai ser bem melhor se a gente empoderar as mulheres na economia e na política.

**Jornalista:** Tem um jeito de (incompreensível) diferente?

**Presidenta:** Olha, você tem de lutar muito para fazer isso. Nós agora acabamos uma luta, acabamos não, criamos instrumentos para uma luta contra a violência, que foi a Lei Maria da Penha e a lei do feminicídio. Agora você pode perguntar pra mim, acabou a violência? Não acabou, não. Nós vamos ter esse processo da mulher com cota, combate à violência, salário igual para trabalho igual. Esse é um processo que diz respeito, eu desconfio que deve ter um milhão de anos, que tem essa desigualdade e tem uma base cultural forte que a gente tem de retirar para que ele possa ser diferente.

